

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA

FRANCIELLE RODRIGUES ASSUNÇÃO

**OS ES-PASSOS DA GEOGRAFIA NA BNCC:
UMA ANÁLISE DO 1º AO 6º ANO**

Porto Alegre
1º semestre
2018

FRANCIELLE RODRIGUES ASSUNÇÃO

**OS ES-PASSOS DA GEOGRAFIA NA BNCC:
UMA ANÁLISE DO 1º AO 6º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Zordan Costella

Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

É muito difícil nomear todas as pessoas a quem eu deveria agradecer, pois tudo que sou hoje é graças as pessoas que passaram e marcaram trechos da minha vida. Mas a primeira pessoa a quem eu devo agradecer é certamente a minha mãe por me dar o presente mais maravilhoso que uma mulher pode dar, o dom da vida. Agradeço a ela por cuidar e abdicar de muitas oportunidades por mim. Por sempre me dar tudo que estava ao seu alcance, que mesmo com o pouco que tínhamos, fazia ser muito.

A segunda pessoa a quem eu devo total reconhecimento é a minha avó, que em todas ocasiões sempre esteve do meu lado para me dar asilo e conselhos. Meu avô também tem meu respeito, apesar de ser um homem rigoroso, soube expressar todo seu afeto e amor por seus netos. Agradeço também a minha dinda que me ajudou com a formatura, que enfim chegará.

Passado esses quatro imprescindíveis agradecimentos, agradeço a professora Roselane, por aceitar me auxiliar nessa trilha de escrita que é o TCC. Ao Leonardo Magri (Léo) por me ajudar com toda revisão. E a todas as pessoas com quem me relacionei que sempre me incentivaram a travar essa batalha contra meu déficit de atenção.

Ademais, quero agradecer por todos os professores, desde a Educação Básica até a universidade que passaram pela minha vida e que de certa forma me orientaram para essa profissão.

Por fim, quero agradecer a todos os militantes, estudantes e trabalhadores, que não se calam diante das imposições patriarcais e por mais utópicos e incompreendidos que aparentam ser, lutam por um futuro melhor.

Se hoje eu estou me formando não é por mérito meu, e pelas possibilidades que me foram dadas para estar aqui. É por todos os incentivos e conselhos que recebi. Quem me conhece sabe que eu não sei expressar meus sentimentos, a não ser de forma jocosa, logo, este momento de agradecimento, por mais superficial que pareça, foi muito difícil para mim e ao mesmo tempo muito importante.

Torço para que meu futuro, como o de cada um que me auxiliou a abrir uma porta seja repleto de felicidade e sucesso. Obrigada a todos e a tudo que vivi. Para aquelas pessoas que este novo começo trará a distância eu só tenho a dizer que sentirei saudades de tudo o que passamos.

*O que mais pode acontecer
Num país pobre e miserável?
E ainda pode se encontrar
Quem acredite no futuro*

*É seu dever manter a ordem?
É seu dever de cidadão?
Mas o que é criar desordem,
Quem é que diz o que é ou não?
São sempre os mesmos governantes
Os mesmos que lucraram antes
Os sindicatos fazem greve
Porque ninguém é consultado
Pois tudo tem que virar óleo
Pra por na máquina do estado*

*Quem quer manter a ordem?
Quem quer criar desordem?*

Titãs

RESUMO

A presente pesquisa analisa a BNCC, aprovada em 15 de dezembro de 2017, com um recorte para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo as lentes voltadas aos componentes curriculares de Geografia que envolvem a Área de Ciências Humanas. Os objetivos do trabalho são de fomento ao debate sobre a Base Nacional e de reconhecimento das políticas públicas. Verificando se as habilidades de Geografia que compõem a BNCC tem respaldo para os anos posteriores, além de verificar e discutir a implementação da Geografia nos Anos Iniciais. Os cursos de Pedagogia, de forma geral, apresentam em suas arquiteturas curriculares os ensinamentos da Geografia de forma incipiente e isso repercute para dentro da docência dos formandos. Para além há cada vez um maior leque de documentos pautando os currículos escolares. Documentações de paginações extensas com o intuito de auxiliar, mas que muitas vezes sequer são folheadas. Por meio deste trabalho apresento em linhas gerais a BNCC, com o enfoque na Geografia, um dos documentos mais importantes atualmente na área educacional. Tal documento alterará toda a modelagem atual da formação pedagógica e da educação escolar.

Palavras-chave: BNCC. Geografia. Formação Pedagógica. Anos Iniciais. Educação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - estrutura da BNCC 1.....	37
Figura 2 - estrutura da BNCC 2.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

Anpuh - Associação Nacional de Professores Universitários de História

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CCSS - Common Core State Standards

CONSED - Conselho Nacional de Secretários da Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA - Educação de Jovens e Adultos

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

Sase - Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino

SEB - Secretaria de Educação Básica

Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Sesu - Secretarias de Educação Superior

Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
Introdução	10
1 MAIS DO QUE UMA REVISÃO HISTÓRICA	17
1.1 A história é lenta, porém não se repete: um breve contexto da Geografia como Ciência.	17
1.2 As Ciências Sociais no Brasil, progresso ou retrocesso?	19
1.3 A Geografia escolar	21
2 QUAL A FUNÇÃO DO EDUCAR?	23
2.1 Educação em pauta: havia pedras no caminho	24
2.1.1 Educação em pauta: a LDB	25
2.1.2 Educação em pauta: as DCN	25
2.1.3 Educação em pauta: o PNE	26
2.1.4 Educação em pauta: os PCN	26
2.1.5 Lutas em pauta	27
2.2 Plano, Diretrizes, Parâmetros, mas que Base é essa?	28
2.3 Se a Base é o suporte, quem é a viga?	30
3 CONHECENDO MELHOR A BASE	32
3.1 PCN e DCN versus BNCC	32
3.2 Competências da Base	34
3.3 Estrutura da BNCC	36
4 A GEOGRAFIA NA BASE	38
4.1 Questões pontuais	44
5 QUAL A FORMA(ÇÃO) ATUAL DO PEDAGOGO?	46
5.1 “Tá” na Base?	46
5.2 O que eles entendem?	48
5.2.1 Sobre a importância de trabalhar mapas mentais com as crianças:	49
5.2.2 Sobre a relação dos movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola	49
5.2.3 Sobre ensino de Geografia com imagens bi e tridimensionais:	50
5.2.4 Sobre trabalhar as diferenças indígenas regionais:	50
5.2.5 Sobre a relação entre orientação e lateralidade:	51
5.2.6 Conclusão	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

7 REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	57
Apêndice 1 - Modelo termo de consentimento	57
Apêndice 2 - Questionário	59
Apêndice 3 - Respostas ao questionário	60

Introdução

Meu interesse pela pesquisa voltada à Geografia nas Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deu-se ao longo dos quatro anos em que cursei Pedagogia. Inicialmente entrei no curso sem muita perspectiva do que era de fato a Licenciatura em Pedagogia, porém durante os semestres pude experienciar e ver o imenso universo que tal curso abrange. Desde educação popular, formal, não-formal, sexualidade, saúde, gênero e corpo, psicopedagogia, educação indígena, quilombola, especial, de jovens e adultos, profissional, políticas da educação, filosofia da educação, educação prisional, pedagogia empresarial... Assim a pedagogia se fez em mim, num infinito de possibilidades, me apaixonei por esse curso.

Junto com a paixão pelo curso veio o amor por defendê-lo e aprender mais, para que pudesse expor com maior clareza meus pontos de vista adquiridos ao longo das vivências. Assim, entrei no Movimento Estudantil, onde pude aprender mais, em espaços que só estando dentro dele pude experienciar. Fui a reuniões onde conheci uma gama de pensamentos parecidos, mas que se opunham entre si; fui a seminários enriquecedores que me instigaram a pensar sobre as relações sociais; conheci lugares e pessoas e pude perceber o quão diversificado é nosso país e nossa cultura, além de nossa educação e formas de ensinar. Não sei expressar aqui o quão grata eu sou por todo esse processo que tive o prazer e a possibilidade de passar.

Por conta de tudo isso que conheci na faculdade, comecei a me interessar pela área de políticas sociais e da educação. Incentivada por esse interesse, e pelos docentes com quem tive contato, iniciei pesquisas sobre a implementação e histórico de lutas da lei 11645/2008 e sobre a história e efeitos da Dívida Pública federal sobre a educação. Mas foi através do estágio obrigatório do curso, que fiz numa escola pública, na turma T3 de EJA, onde pude perceber a importância que tem as Ciências Sócio-históricas, ou Ciências Humanas, na formação dos docentes. Entretanto, por mais importante que seja o estudo e conhecimento destas ciências, vivenciei o desinteresse de alguns alunos pela forma metodológica que eram

propostos esses conteúdos. Ao ver que os alunos dormiam, saiam da sala ou ficavam fazendo outras atividades durante as discussões vinculadas às ciências humanas, Clarice, minha colega de docência, e eu começamos a pensar em metodologias diferentes para cativar a atenção para essas e outras disciplinas. Assim, utilizando-nos dos apontamentos de Madalena Freire¹ sobre a comida como forma de socialização, começamos a levar alimentos para a sala de aula e conseguimos a doação de uma cafeteira; com o tempo, os alunos começaram a trazer alimentos para compartilharem no grupo e a turma começou a ter um maior contato e entrosamento. Fizemos também discussões com documentários e filmes com os alunos, que os faziam perceber que há outros ambientes de aprendizagem que vão além do tradicional.

Começamos a partir do conhecimento prévio dos alunos, debater assuntos como política, sociologia, história... E trouxemos mapas para a sala de aula, explicamos a história através dos mapas, elencando com a Geografia e conseqüentemente com a cartografia o reconhecimento do espaço e tempo de cada coisa, os quais também fazem parte de conceitos geográficos. Com as mudanças metodológicas, nós conseguimos não só o interesse dos alunos, como também construir um vínculo intergeracional de socialização em sala de aula. A partir de então, meu interesse volta-se para a docência em Ciências Humanas.

Mas algo ainda me intrigava, como eu poderia reunir os outros interesses que tive ao longo do curso, principalmente na área das políticas da educação, com as Ciências Humanas? Essa dúvida foi o que me impulsionou a me interessar pelo estudo da BNCC nos Anos Iniciais, voltando-me para o ensino da Geografia nas Ciências Humanas.

A partir de então outras dúvidas surgiram, como:

- A BNCC realmente veio para cumprir seus objetivos, onde segundo a LDB (1996), a Educação Básica deve ter a base, devendo ser complementada, pelas características regionais e locais da sociedade, culturais e econômicas dos alunos?

¹ Texto A construção do grupo, retirado do site <http://armandodesalles.blogspot.com/2012/02/construcao-do-grupo-madalena-freire.html> em abril de 2018.

- Será que de fato a BNCC abrange toda a Educação Básica, como consta na LDB?
- A Base oferece uma continuidade de aprendizagem ao aluno, para que se evite que ele tenha dificuldades de compreensão de um ano letivo para o outro, ou seja o currículo está tendo uma continuidade?

Foi reunindo estas indagações que comecei a vislumbrar o campo das Ciências Humanas, primeiramente, para após adentrar no Ensino da Geografia. A Geografia me chamou a atenção por ter uma concepção mais materialista dentro de sua historiografia. Desde que entrei na faculdade fui ligada às concepções materialistas-dialéticas, tanto da Pedagogia quanto da sociedade e o que lhe permeia. Logo que comecei o estágio, fui em busca de artigos e informações para fazer meus planejamentos, na tentativa de fugir da educação bancária², procurava meios de fazê-los se interessar por políticas, tornando-a visivelmente um objeto da realidade, o que para eles estava muito distantes - o que sabemos que está intimamente interligado com tudo que nos diz respeito -; assim, comecei a perceber a importância do conhecimento da Geografia para além da lateralidade.

Isto tudo me levou a decisões quanto ao método de pesquisa que iria seguir, pois

ao fazer-se a crítica, já se está construindo a escolha das determinações. Afinal é uma escolha, ou uma descoberta? Seja o que for, é dali que parte o raciocínio para o entendimento da realidade (WACHOWICZ, 2001, p.2)

Compreender a realidade foi então o primeiro passo para encontrar o tema de pesquisa e a metodologia, o segundo passo seguindo a linha da autora foi o de unificar meus questionamentos para alvejar as ideias e o terceiro, que já percebo que é um fator contínuo, que não se findará neste trabalho, é a intenção de “explicar uma realidade não somente para compreendê-la, mas para estabelecer as bases teóricas de sua transformação.” (op. cit., p.3).

Inspirada, durante a escrita de um artigo para conclusão do estágio em EJA, por Albuquerque, Kaercher, Costella, Oliveira e Castrogiovanni, como já mencionando, resolvi seguir tal linha da Geografia, porém com diferentes autores,

² Termo utilizado por Paulo Freire para definir a metodologia de educação onde o professor é detentor do saber e apenas repassa ao seus alunos, sem que haja uma troca de saberes e vivências.

mais voltados para o assunto desse atual trabalho. Utilizei-me de uma grande carga de referências para elaborá-lo, dos quais, em sua maioria eram documentos e leis nacionais relacionadas à Educação e monografias de pesquisadores do Ensino da Geografia. Ainda assim, talvez pelo fato de a temática ser recente, não encontrei nenhum autor de fato focado totalmente nos assuntos abordados aqui neste trabalho, por isso há esse mix de pesquisas e referências.

Assim, o objetivo específico da pesquisa é fomentar o debate sobre a Base, em relação à análise dos objetos de estudo do componente Geografia a partir do surgimento do documento nacionalmente. Verificando se as habilidades, do componente curricular, que pretendem ser ensinadas oferecem respaldo para os anos posteriores além de verificar e discutir a implementação desta matéria nos Anos Iniciais.

Este trabalho justifica-se pela carência de estudos significativos referente ao assunto, devido a sua prematura aprovação da BNCC. A categoria metodológica utilizada será a dialética, pois as

Categories metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o pesquisador trabalha o seu objeto. Se ele o toma em sua totalidade, então esta é uma categoria metodológica. Se ele contextualiza seu objeto, então estará respeitando a categoria metodológica de historicidade. E se ele optar pelo estudo de seu objeto na relação que se estabelece em seu pensamento, entre os aspectos pelos quais tomou esse objeto, e verificar que as relações assim estudadas se apresentam numa relação de tensão, então terá chegado à dialética, que é uma concepção que tem nessas categorias metodológicas as suas leis principais: a contradição, a totalidade, a historicidade. (op. cit., p.5).

No interior desse trabalho estão evidenciadas contradições de cunho sócio-histórico, juntamente com críticas sobre a escassez de habilidades que desenvolvam os estudantes para o ensino na área.

Para a metodologia de pesquisa científica, utilizo-me da pesquisa qualitativa, onde,

Os autores que seguem tal corrente com o cotidiano não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão

das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis. (MINAYO, CRUZ NETO, DESLANDES, GOMES, 2002, p.24)

Por mais que o status científico das pesquisas qualitativas sejam menores que as quantitativas; a pesquisa qualitativa promove respostas a partir de análises menos numéricas e mais subjetivas. A análise de resultados, interpretando-os ou atribuindo leituras mais amplas, se presta para pesquisas no campo educacional, em que os resultados não são tão mensuráveis numericamente e sim respeitam diferentes contextos.

Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa). (MINAYO, MINAYO-GÓMEZ; 2003, p.118).

A metodologia adotada então foi a qualitativa-dialética, pois busca compreender as interpretações dos professores e a análise do modo de ensino que propõe a Base dentro do cenário atual. A seguir, resumi em um quadro, como ocorreu a aplicação da metodologia dentro do trabalho

QUALITATIVA-DIALÉTICA	Análise e pesquisa sócio histórica, breve, do Ensino da Geografia até sua inserção como obrigatoriedade no Brasil e no mundo.
	Análise e pesquisa das leis e documentos nacionais anteriormente promulgados relacionados à educação.
	Pesquisa e análise da criação da BNCC.
	Análise da BNCC pós publicação.

	Análise do 1º ao 6º anos do componente de Geografia na BNCC.
	Questionário e análise do mesmo, relacionando a formação e docência com a implementação da BNCC.

Através de uma pesquisa, de metodologia qualitativa-dialética, da disciplina de Geografia, do capítulo de Ciências Humanas da BNCC desenvolvi este trabalho de conclusão, com intuito de avaliar as unidades temáticas dos anos iniciais até o 6º ano. A avaliação das unidades temáticas deu-se a partir:

- Respaldo curricular para os anos seguintes;
- Letramento espacial;
- Entrevistas para uma análise da formação acadêmica dos futuros e atuais docentes.

O título desse trabalho configura um reflexo sobre o espaço geográfico e a importância da continuidade do desenvolvimento da concepção espacial dos alunos, ou seja, os passos-momentos do processo. Para pensar no título, a elaboração dos objetivos foi crucial, sendo eles:

- Reconhecer a Geografia em sua temporalidade, para compreender as tendências do ensino na escola.
- Apresentar diferenças entre a legislação que antecede a Base para entender o processo de escrita da mesma.
- Estabelecer relação entre os objetos de aprendizagem que aparecem nos Anos Iniciais no componente de Geografia com a vivência do professor em sala de aula e com a formação do futuro docente.

Abaixo está um quadro elencando como os objetivos gerais são mencionados dentro do trabalho

Reconhecer a Geografia em sua temporalidade, para compreender as tendências do ensino na escola.	Dentro da pesquisa historiográfica do surgimento da Geografia como Ciência e seu Ensino.
Apresentar diferenças entre a legislação que antecede a Base para entender o processo de escrita da mesma.	Através da pesquisa sobre as leis e documentos nacionais de educação anteriores à BNCC.
Estabelecer relação entre os objetos de aprendizagem que aparecem nos Anos Iniciais no componente de Geografia com a vivência do professor em sala de aula e com a formação do futuro docente.	Através da análise da BNCC, do componente de Geografia da mesma e de entrevistas com docentes e futuros docentes em Pedagogia.

Saliento por fim a minha escolha por tal epígrafe (que encontra-se antes do resumo). Com tantos cenários políticos diferentes que o Brasil já teve até aqui, algumas coisas permaneceram, e dentre elas as situações de roubo dos cofres públicos por parte de governantes, grandes corporações e banqueiros. Ainda assim, estes mesmos, insistem em pedir à população para que permaneçam em ordem com a alegação de estarem construindo o progresso. Cabe a nós pensar que ordem é esse e que progresso é esse, que nos apunhala pelas costas e faz com que exerçamos nossos deveres de cidadãos sem a troca por nossos direitos.

1 MAIS DO QUE UMA REVISÃO HISTÓRICA

No Brasil, as discussões no âmbito educacional são recentes, especificamente, começou-se a discutir as importâncias para leis e diretrizes educacionais nacionais somente a partir do século XX. Hoje, através de avanços e lutas históricas de estudantes e professores, o Brasil conta com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e recentemente a BNCC, que juntas têm como função determinar os objetivos de aprendizagem da educação nacional, além de servir como base de controle e fiscalização escolar; principalmente da Escola Pública. Assim, há a importância de trazer esse histórico da Geografia e da educação, focando para o Brasil, para que possamos entender melhor o surgimento da BNCC e tudo que lhe cerca. Veremos a seguir a Geografia enquanto Ciência, dentro de um leque de disciplinas do currículo da Educação Básica.

1.1 A história é lenta, porém não se repete: um breve contexto da Geografia como Ciência.

Como forma de contextualizar o surgimento da Geografia como Ciência Humana, fundamental para o ser humano, busquei saber o significado científico e ademais histórico do assunto a ser pesquisado, assim, encontrei como significado científico que a Geografia é a ciência que investiga os fenômenos relacionados aos seres humanos e suas práticas, bem como, estuda o espaço geográfico, construído e transformado pela ação humana. (PENA, s.d.).

Durante muito tempo, a Geografia foi considerada, numa leitura social ampla, como sendo a ciência das descrições e das localizações; [...] não dando conta das compreensões do processo de formação do espaço geográfico (CASTROGIOVANNI, COSTELLA, 2012, p.8).

A Geografia escolar, com o passar do tempo, deixa de ser entendida somente como descritiva e quantitativa para tornar-se reflexiva e voltada a interpretação do

espaço. Este pensamento mais reflexivo não garante que na escolar, de forma geral, a Geografia tenha se modificado por completo, mas garante discussões e produções que se materializam a partir da análise cultural do espaço.

Para pensarmos num contexto histórico do surgimento da ciência geográfica, faz-se necessário relacionar tal surgimento ao domínio do espaço pela humanidade. Assim,

Nos séculos XVIII e XIX, verifica-se uma mudança no que concerne ao foco de interesse da Geografia. A concepção até então hegemônica de descrição da paisagem é substituída pela relação homem-meio. [...] Dessa forma, a obra de Kant foi essencial para que futuramente a Geografia fosse reconhecida como campo do conhecimento, uma vez que apresentava uma visão baseada no estudo da relação homem-natureza e na descrição dos fenômenos. (MENEZES, 2016, p. 38)

A partir desta relação homem-meio surgiu o interesse dos pensadores pelo estudo da Geografia, visto que ela se tornava cada vez mais necessária para que países pudessem avançar para um novo sistema econômico. Assim, o alemão Friedrich Ratzel (1844 – 1904), começa seus estudos geográficos por algo que alguns anos depois ele denominaria de antropogeografia.

Ratzel compreendia que o progresso da humanidade era diretamente relacionado ao uso dos recursos naturais. Ratzel ganhou muitos adeptos a sua teoria que passaram a disseminar a antropogeografia através das Escolas Deterministas. Tão logo as escolas ficaram conhecidas pela frase "O Homem é produto do meio geográfico em que vive, e o meio natural exerce uma ação dominadora sobre o homem, que é submetido a ele". Essa concepção então, altera a forma organizacional capitalista já existente; que passa da livre concorrência para os monopólios imperialistas. Os alemães avançam não só economicamente, mas também em territórios; assim a França ao perder uma grande batalha contra a Alemanha, começa a enxergar a necessidade da compreensão da Geografia. Sendo assim, no século XX, o francês Vidal de La Blache (1845 - 1918) começa seus estudos e avanços geográficos. La Blache entretanto, faz uma contraposição necessária para o avanço da Geografia mundial à Ratzel, passando a disseminar que "o meio é um produto do homem", onde o homem é capaz de mudar o meio

através de avanços e reagir às influências do meio. Assim, surgem as Escolas Possibilistas, que repassavam e estudavam mais sobre a Geografia na visão de La Blache.

Mas com todo esse contexto, surgem também os questionamentos sobre os problemas entre povos, raças e territórios. Com a ascensão dos estudos, via-se que a antropogeografia deixava lacunas, que começaram a ser, de fato, estudadas em meados dos anos 50, essas lacunas devem-se ao fato de que os estudos voltados para a Geografia davam-se somente para o crescimento econômico e territorial dos países. Entretanto, Marx (1818 – 1883) já havia iniciado essa análise ao perceber que ao desfrutar inconsequentemente da natureza, a humanidade também causava danos ambientais e sociais.

Não é de interesse desse texto detalhar as questões históricas do surgimento e desenvolvimento da Geografia enquanto Ciência e Componente Curricular na escola, mas acredito que é necessário estabelecer uma contextualização, mesmo que tênue, desse surgimento. Desde os estudos voltados para o domínio do espaço, até as contradições marxistas, muitas mudanças foram percebidas. A descaracterização da dicotomia homem versus natureza representa uma leitura mais cultural da Geografia. Essa leitura que teve sua ascensão em um momento de críticas sobre o ensino, conhecido como virada cultural que “contribuiu no progresso de nossos conhecimentos, seja para ‘modernizar’, no sentido de uma maior consciência da especificidade da vida dos homens em sociedade, ou para ‘humanizar as ciências humanas’” (LÉVY, 2015, p.21).

1.2 As Ciências Sociais no Brasil, progresso ou retrocesso?

Em 1920, no Brasil, surgem as concepções escolanovistas, que já vinham sendo pensadas no país desde 1882. A filosofia de John Dewey chega ao Brasil através do tal movimento, dando mais força ao mesmo. A Escola Nova tinha como suporte a ideia de preparação do sujeito, respeitando suas individualidades, para construção sociedade democrática e um cidadão politicamente atuante e ético. Assim, a educação seria a saída para a desigualdade.

A memória de muitos professores de História e historiadores, sobretudo os que militaram na luta contra os Estudos Sociais e as licenciaturas curtas no decorrer das décadas de 1970 e 1980, tende a associar fortemente os Estudos Sociais à política educacional adotada após a ascensão dos militares ao poder. No entanto, as discussões em torno do tema remetem, no Brasil, aos anos 1920, no contexto da introdução do movimento da Escola Nova no país. (SANTOS, Beatriz. B. M. ; NASCIMENTO, 2015, p.148).

A prática do escolanovismo entra nas salas de aula levando consigo também a introdução dos Estudos Sociais no Brasil.

Na década de 50, os estudos geográficos, bem como a Geografia das Escolas Possibilistas também chegavam ao Brasil; mas foi em 1962 que surgiram disciplinas, indicadas pelo Conselho Federal de Educação, para o Ensino Básico; dentre elas uma que incorporava o ensino da Geografia junto ao da História, conhecida como as Ciências Sociais. Este fato trouxe à tona uma série de discussões que permearam sobre a formação do professor - pois “antes de se constituir como campo de formação em nível superior, essa matéria já era ensinada nas escolas” (CAVALCANTI, 2012, p.21 apud MENEZES, 2016, p.47) -, como nos lembra Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p.65) a

formação polivalente de professores que recebiam um verniz das diferentes disciplinas, História e Geografia, sem que tivessem, durante o processo de formação, uma reflexão profunda sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos de cada disciplina.

Tornando a formação dos professores insuficiente para a docência em sala de aula.

Os pesquisadores, professores de escolas e acadêmicos iniciaram uma série de movimentos, protestando quanto tal ensino. O Ministério da Educação (MEC), na época, propôs como forma de diálogo, um grupo de trabalho com acadêmicos. Diversas foram as sugestões e com a ajuda da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh) e com isso o governo, durante a década de 90, optou por extinguir a junção de duas disciplinas nos Estudos Sociais.

Todas as discussões que ocorriam dentro das Associações eram levadas para fora em forma de debate. Cada estado, através das suas Secretarias de

Educação “organizaram cursos para a capacitação docente, possibilitando o acesso às diferentes metodologias ligadas aos movimentos de renovação” (op. cit., p.67), levando ao interesse dos professores de Educação Básica pela formação continuada, o que ajuda a tornar o ensino da Geografia mais interessante para os alunos e professores.

1.3 A Geografia escolar

Como citado anteriormente, a Geografia escolar no Brasil surgiu antes de ser um campo de formação do Ensino Superior, bem como, antes de se tornar uma ciência tida como importante e até aceita, de fato como ciência no país. Infelizmente quando não há preparação dos professores para a docência na área, também não há metodologias de ensino voltadas para área. Assim,

A Geografia escolar se mostrou como uma disciplina desinteressada e desinteressante, uma vez que abordava os conteúdos de forma fragmentada e descontextualizada. (MENEZES, 2016, p. 42).

Sem uma integração do ensino, que fizesse sentido aos estudantes e ampliasse, através das próprias vivências e saberes, o campo de conhecimento dos estudantes, a escola passa a desenvolver

uma Geografia enciclopédica mnemônica, descritiva e fragmentada [...] concebendo o ser humano como mais um elemento da natureza. A realidade era concebida como algo estático, congelado. (MENEZES, 2016, p.47).

Porém não foi o desinteresse em larga escala dos alunos que fez com que houvesse uma formação superior voltada somente para Geografia; mas da mesma forma que ocorreu com a Alemanha e a França, o Brasil visava crescimento econômico, assim inicia a formação universitária de professores de Geografia, porém a Geografia

tem o resultado não só de mascarar a trama política de tudo aquilo que se refere ao espaço, mas também de impor, implicitamente, que não é preciso senão memória (LACOSTE, 1988, p.33 apud MENEZES, 2016,p.42)

Ou seja, por muito tempo a formação de professores da área permaneceu precarizada, dando continuidade ao desinteresse do alunado. Somente na década de 80, momento pós ditatorial, busca-se uma nova concepção de educação e ensino da Geografia, com base no materialismo histórico-dialético proposto por Karl Marx.

Hoje o ensino de Geografia na escola parece estar marcado por um conjunto de convicções. Mas a tendência de reflexões e interpretações dos acontecimentos de espaço permanecem significando as discussões entre professores e pesquisadores.

2 QUAL A FUNÇÃO DO EDUCAR?

Apesar do foco deste estudo ser a BNCC, devemos analisar os documentos anteriores à mesma e para compreender seus processos de construção. Através deste capítulo abordaremos desde a criação desses documentos e sua efetividade dentro dos ambientes escolares. As consequências, os avanços e/ou retrocessos destas aprovações e alterações serão expostas, tendo como suporte a análise da BNCC.

Começamos assim, com excertos da Constituição Federal Brasileira (1988),

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais [...]

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

A partir de 1988 fica constitucionalmente assegurado o direito social à educação, reconhecido pelo Estado, na forma de representação do povo brasileiro. A Constituição Federal (1988) traz ainda que os governos federal e estaduais devem comprometer-se a legislar sobre a educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Diante desse compromisso descrito em lei, resalto a atenção dada a separar educação e ensino; entretanto não cabe à Constituição dar o significado de ambas as palavras.

Educar e ensinar, são palavras que nos remetem a escolarização, ao desenvolvimento das crianças, sua instrução ética e intelectual. Muitas pessoas confundem educação com ensino e utilizam essas palavras como sinônimos. Mas qual será de fato o significado dessas palavras?

O termo ensino tem origem no verbo *insignare*, que significa “transmitir conhecimento”; enquanto educação vem da raiz *educatio*,

que denota o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança”, o que abrange uma visão mais integral do aprendizado. (DOMINGUES, 2015)

Educar então, é algo que está além do ensinar, além de somente repassar o conhecimento já obtido, é trabalhar conceitos éticos e experiências com o outro, é construir com o outro; não somente repassar. A educação permite-se sair do contexto escolar e é vivenciada a todo momento. O papel de educador estende-se além dos professores e permeia a sociedade, tornando o educar um direito social. Assim, a LDB, as DCN, o PNE e PCN, além da BNCC propõem que o educar está para além do espaço escolar.

2.1 Educação em pauta: havia pedras no caminho

Durante muitos anos, os governos foram impelidos pelas discussões e movimentos em prol da educação a pensarem e repensarem o modelo educacional na tentativa de construção de um Brasil melhor. Visando a universalização da educação massificada da população, em um curto espaço de tempo de uma forma mais eficaz, é que essas leis e documentos relativos à educação foram criados.

Mas como Lavoisier já dizia em 1777 que “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, sendo a natureza um ambiente social e os aspectos culturais influenciados por ela, pode se afirmar o mesmo da natureza humana; ou seja, o progresso advindo dessas lutas só puderam existir por haver uma correspondência à educação dos séculos anteriores.

De forma especial, queremos chamar atenção, aqui, para uma relação que nem sempre é estabelecida pelos pesquisadores em história da educação: a relação entre escolarização de conhecimentos e tempos escolares. Se acompanharmos os debates que se travaram na área da educação ao longo do século XIX, mais especificamente aqueles que se referiam às determinações sobre os conteúdos escolares, ou seja, sobre aquilo que, nos século XIX, chamamos de programas e currículos escolares, veremos que sua extensão está intimamente relacionada à organização e a utilização dos tempos escolares e, daí, como os métodos pedagógicos, ou, mais especificamente, com a organização das turmas e das classes. (FARIA FILHO, 2000, p. 148 - 149)

Cada um desses documentos e leis tem um objetivo, dentro da temática da Educação Básica, de regulamentar certos processos educativos no âmbito nacional, para que haja uma tentativa de universalização do ensino.

2.1.1 Educação em pauta: a LDB

A LDB sofreu alterações ao longo do tempo, por discussões de pesquisadores e teóricos sobre a educação e o que estava colocado na Lei, passando por diversas revisões até sua aprovação final.

A LDB (1996), logo no seu primeiro artigo, mostra que a educação deve ser proporcionada em outros espaços, onde:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com isso, podemos perceber que a LDB também aborda aspectos da Educação não escolar, uma vez que ressalta os acontecimentos do cotidiano e as especificidades da localidade em que se situam. A LDB volta-se para a educação escolar, orienta os princípios e fins, as modalidades e níveis educacionais, bem como os deveres de cada instância da organização do Estado, da educação escolar brasileira.

2.1.2 Educação em pauta: as DCN

As DCN têm sua aprovação em 2010, com início dos debates quanto à sua necessidade em 2004. Tendo como propósito promover o aperfeiçoamento da educação do Brasil. O papel da mesma é articular os princípios, critérios e procedimentos que devem ser observados na organização e consecução dos objetivos da Educação Básica. O artigo 57 das DCN da Educação Básica (2010, p.78) traz um dos princípios para os propósitos anteriormente expostos, onde

Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que

valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

O que posteriormente seria analisado no PNE.

2.1.3 Educação em pauta: o PNE

O PNE trata das diretrizes e metas da educação nacional, bem como das formas mais genéricas para alcançar tais metas. Com vigência de 10 anos, prevê a valorização do magistério e a qualidade educacional do país. Como nos traz o inciso 4º do artigo 5º do PNE (2014)

O investimento público [...] em educação engloba os recursos aplicados [...], bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial [...].

Assim, em 2010 inicia-se a longa batalha de apreciação do PNE até enfim sua aprovação em 2014 com vigência até 2024.

2.1.4 Educação em pauta: os PCN

Os Parâmetros foram elaborados para servirem como propostas aos professores sobre o auxílio aos alunos, para enfrentarem o mundo atual, percebendo-se como cidadãos participativos, reflexivos e autônomos, além de terem a ciência sobre seus direitos e deveres. Criado e promulgado em 1997, sendo elaborado e pensado por acadêmicos desde 1995, concomitantemente com as mudanças na LDB e outras discussões educacionais que se afluíam no momento. Os PCN auxiliam na expressão de

[...] um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Assim, os conteúdos procedimentais sempre estão presentes nos projetos de ensino, pois uma pesquisa, um experimento, um resumo, uma maquete, são proposições de ações presentes nas salas de aula. No entanto, conteúdos procedimentais são abordados muitas vezes de maneira equivocada, não sendo tratados como objeto de

ensino, que necessitam de intervenção direta do professor para serem de fato aprendidos. (PCN, 1997, p.52).

2.1.5 Lutas dos professores em pauta

Cada documento mencionado foi construído sem passar por apreciação de docentes e discentes das escolas - local onde esses documentos devem ser executados -, por mais que haja pesquisadores por trás dessas avaliações documentais, muitas vezes eles não refletem a prática dentro de sala de aula, de acordo com a realidade brasileira, sequer pela lente dos professores da Educação Básica. A legislação deve se refletir em sala de aula e cabe pensar em como fazê-la sem os meios para tal, como investimentos por aluno, professores capacitados através de formações semestrais e um reconhecimento da classe através de uma boa remuneração, carga horária que inclui o tempo para planejamentos de aulas, melhora na infraestrutura escolar - principalmente em comunidades mais descentralizadas devido aos processos de gentrificação - e melhora na promoção do curso de Pedagogia, e outras Licenciaturas; hoje tão desdenhadas pela população.

Para que os documentos possam ser postos em prática, as gestões escolares devem ter autonomia para gerenciá-los conforme a demanda da comunidade, pois como traz os PCN (1997, p.28)

Mas, na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais.

E também deve se ter a sensibilidade de entender que a qualidade educacional é algo mais complexo que números, porcentagens, tabelas e provas; pois a qualificação em cada região é diferente. É certo que se planeja chegar ao mesmo fim, mas as ações durante o percurso, seja por parte do aluno, do professor e/ou da comunidade onde a escola está inserida são diferentes.

2.2 Plano, Diretrizes, Parâmetros, mas que Base é essa?

Aprovada em dezembro de 2017 a BNCC é o documento mais recente relacionado à educação brasileira, que tem como objetivo: explicitar os direitos de aprendizagem dos alunos da Educação Básica. A Base tem também, como pano de fundo, a função de unir DCN e PCN em um documento, especificando melhor os objetivos de cada etapa escolar.

Como forma de fiscalizar a construção da Base foi construído o Movimento pela Base Nacional Comum³ que expõe, hoje em seu site, um pouco das pretensões que se tem com esta base. Para este Movimento a BNCC

servirá de referência para a construção dos currículos de todas as redes públicas do país. Sua homologação representa um avanço importante para a equidade e qualidade da Educação brasileira. (Movimento pela Base Nacional Comum, 2017)

Em março de 1990, dentro da Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e ocorrida na Tailândia, criou-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. A partir de uma discussão de espectro mundial, alguns países, visando aprimorar o desenvolvimento social, e com isso também o econômico, programam criações de currículos de base comum. Esse currículo teria o intuito de, a partir de dados dos censos e outras pesquisas sobre os educadores e educandos brasileiros, criar subsídios para aprimorar diretrizes e aumentar o número de alfabetização e formação escolar.

Em 2009 os chefes estaduais dos Estados Unidos (EUA) começam a discussão sobre a criação de uma base educacional igual para todos seus estados. De 2009 a 2013 é pensada a tal base e como seria implementada em cada estado. De 2013 à 2015 há a implantação da tal base em todo território dos EUA.

³ Tal movimento é constituído e financiado por empresas, banqueiros e pessoas ligadas à instituições não governamentais, mas que faturam pelas costas do povo através da educação do país. Também chamados de parcerias público-privada. Um exemplo disso é o Instituto Ayrton Senna, que com base no artigo abaixo, de autoria da Dr^a Vera Peroni, nos mostra como é a ausência de um Estado dentro das instituições de educação (Estado mínimo).

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n1p113/pdf>

Quando, em 2013, os EUA promulgam sua Base Nacional - chamada de Common Core State Standards (CCSS) -, fazendo com que o Brasil tomasse enfim a iniciativa de discutir a criação e redação de tal documento. Entretanto, a Base começou a ser discutida com maior relevância em novembro de 2014, para em 2015 começar a sua construção. Provavelmente essa discussão tardia foi causada pela forte oposição na implementação da CCSS nos EUA. Porém, com o tempo o governo dos EUA usou de estratégias de publicidade e propaganda e comunicação para conscientizar a sociedade sobre a importância e os mitos que giravam em torno da CCSS. Assim, em outubro de 2014 a Base dos EUA estava em fase de implementação prática nacional.

No fim de 2015, durante o processo de produção da BNCC, houveram disputas de cunho político que retardaram o processo. Com o afastamento da presidenta, visando o impeachment da mesma, outras pessoas subiram aos cargos de poder da União. Durante estes anos, vê-se a maior troca de ocupantes do cargo de Ministro da Educação em menor tempo, passando pela mão de 6 ministros, sendo eles José Henrique Pahim, Cid Gomes, Luiz Cláudio Costa (interino), Renato Janine Ribeiro, Aloísio Mercadante e Mendonça Filho.

Com tal turbulência governamental, a Base sofre diversas modificações durante sua produção, em formato e teor, o que dificultou as discussões da mesma em escolas e universidades, pois não se sabia ao certo que mudanças estariam por vir, e dentro de qual conjuntura ela estaria sendo pensada. Por conseguinte a dificuldade de debate gerou a falta de formação dos professores para essa mudança e falta de transformação para se adequar a essa transição educacional por parte das universidades. Tais dificuldades levaram o governo, mesmo em estado de retenção de gastos para investimentos na saúde, segurança e educação, a liberar 100 milhões de reais - para o ano de 2018 - aos Estados e Municípios, voltados para auxiliar na formação e na implementação da Base.

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica.

[...]

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC.

Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BNCC, 2017, p.20 - 21).

2.3 Se a Base é o suporte, quem é a viga?

Após 3 anos e 3 versões da BNCC do Ensino Fundamental, enfim ela é homologada. A primeira versão, pensada pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) foi publicada em setembro de 2015. De outubro do mesmo ano à março de 2016 é levada para consulta pública via internet e após, re-sistematizada a partir das opiniões recebidas. De março a maio, a segunda versão é composta e iniciam-se seminários estaduais, com acompanhamento de um comitê gestor

constituído pela Secretaria Executiva do MEC, que o presidirá; pelo titular da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, que atuará como secretário executivo, e pelos membros titulares das secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi); de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); de Educação Superior (Sesu); de Articulação dos Sistemas de Ensino (Sase), todas do MEC, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). (Assessoria de Comunicação Social do MEC, 2016)

Para apresentação da BNCC aos trabalhadores das redes de ensino. Por fim, o mesmo comitê definiu um grupo de trabalho composto por pesquisadores das áreas da Base para elaborar a recentemente publicada versão final. Com esta terceira e última versão da Base o comitê gestor e o MEC esperam que ela

ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário

que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (BNCC, 2017, p. 8)

Assim, se ao poder público cabe a responsabilidade pela qualidade educacional e as redes de ensino garantir educação, a nós cabe sustentar essas ações para que possam ser efetivas, ou seja, somos a viga educacional do país e para isso precisamos exercer nosso papel dialético como tal.

3 CONHECENDO MELHOR A BASE

O primordial para a inclusão da base nos currículos e planejamentos das escolas é que haja o conhecimento teórico sobre a mesma. O que, como já exposto anteriormente, é papel da União conjuntamente com Estados e Municípios.

A Base proporciona mudanças importantes e que com o tempo mostrarão se fortalecem ou fragilizam a educação. Para que a Base seja produtiva o suficiente para ocupar o lugar de dois documentos, o mínimo que deveria haver na mesma é a junção e o aprimoramento dos mesmos.

3.1 PCN e DCN versus BNCC

Entre a BNCC e os PCN, há algumas mudanças que merecem ser evidenciadas. De acordo com Veroneze, Nogaro, da Silva e Zanoello (2016), algumas dessas diferenças são:

- A BNCC é mais categórica ao definir o que deve ser ensinado em cada série.
- A BNCC não dá ênfase, apesar de mencioná-la, à interdisciplinaridade onde os temas deixam de ser transversais da forma em que são apresentados.
- A nomenclatura das áreas torna-se diferente na BNCC, trazendo na nomenclatura de Ciências Humanas um compilado entre Geografia e História.

Interessante perceber que, como já mencionado no capítulo 1, o Conselho Nacional de Educação também colocava Geografia e História juntas através do nome Estudos Sociais, onde

o contexto histórico no qual esse processo se desenvolveu, período de autoritarismo político no âmbito do regime militar, tornou-se um campo de possibilidades para a produção de diferenciadas interpretações sobre a proposta, que passou a ser vista pelos professores de História como ação política com o objetivo de esvaziar a formação para a cidadania em perspectiva histórica e crítica. De proposta inovadora, oriunda de um contexto reformista e aliado ao movimento escolanovista, os Estudos Sociais se transformaram no grande vilão da escola brasileira nos anos 1970 e 1980. (SANTOS, Beatriz. B. M. ; NASCIMENTO, 2015, p.176).

A ação de unificação da Geografia e da História têm similaridade com toda a história ocorrida em 1971 e nos anos seguintes. A conjuntura atual não é de regime militar; entretanto há um regime de extrema direita assolando e predominando o país na esfera governamental.

Há também mudanças controversas entre a BNCC e as DCN, dentre elas:

- A BNCC exclui as questões de identidade de gênero e orientação sexual.
- A BNCC não tem diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Indígena, Quilombola e do Campo.
- O Ensino Religioso na BNCC entra como um componente curricular sem mencionar que é um componente optativo por parte do aluno.
- A BNCC não explicita que o ensino da cultura afro e indígena nas escolas, promulgado pela lei 11.645, além dos Direitos Humanos e educação ambiental deve ser transversal entre todos componentes curriculares.

É interessante notar que a BNCC (2017; p. 15) traz que

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Saber que as necessidades dos estudantes são diferentes devido às desigualdades sofridas não vale de nada se não temos diretrizes e sequer abordamos as questões relativas a isso em um documento que servirá de Base para a educação nacional. Algo assim, de extrema importância, capaz de retirar a obrigatoriedade de dois documentos historicamente importantes para a área da educação, acabou deixando de lado elementos imprescindíveis, como os anteriormente citados.

3.2 Competências da Base

Segundo a BNCC (2017) há dez competências que deverão ser asseguradas através do currículo escolar alicerçado na Base, essas competências relacionam-se entre si e se dão durante toda a Educação Básica. As competências são as práticas sócio cognitivas e emocionais, conhecimentos adquiridos e valores éticos que serão necessários para o aluno ser um cidadão e apto ao mercado de trabalho. São elas:

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	FINALIDADE
Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital.	Entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo investigação, reflexão, análise crítica, imaginação e criatividade	Investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais.	Participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das	Expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

linguagens artística, matemática e científica.	
Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares).	Se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências.	Entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.	Formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional.	Compreender-se na diversidade humana e reconhecer suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.	Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.	Tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Ainda segundo a Base, essas aptidões nortearão Estados e Municípios para a formação de seus currículos escolares.

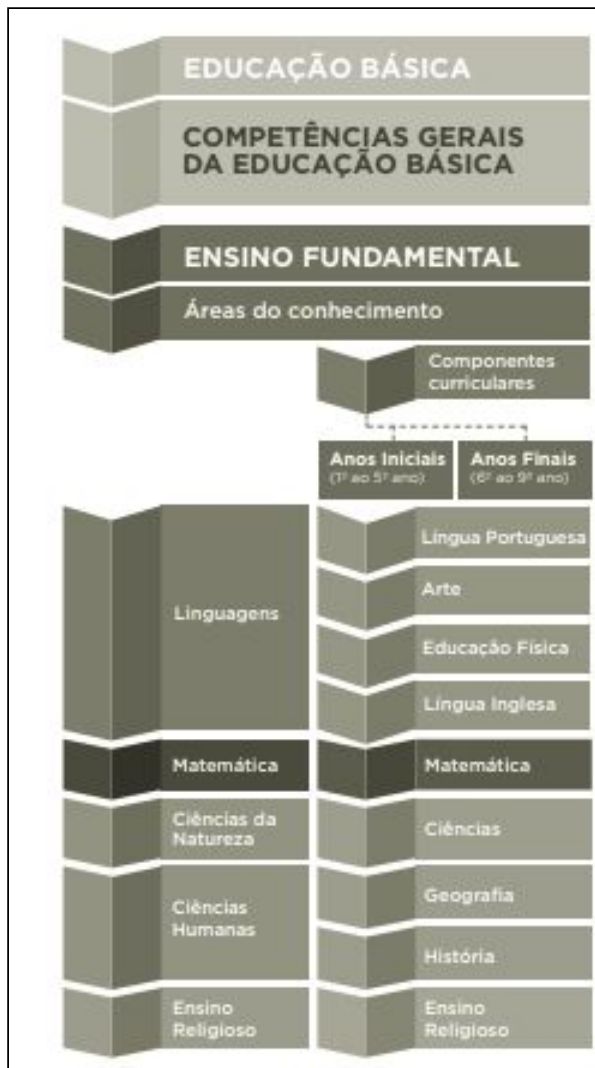
As competências geraram-se através de dos artigos 32 e 35 da LDB, que tratam respectivamente do Ensino Médio e do Ensino Fundamental. Presume-se assim que as competências, que alegam-se ser para toda Educação Básica, não abordam a Educação Infantil.

3.3 Estrutura da BNCC

As imagens de Estrutura da BNCC 1 e 2⁴ explicam-nos como dá-se a estrutura de apresentação da mesma para o Ensino Fundamental, a qual iremos tratar especificamente do componente curricular de Geografia. Ao total são nove componentes curriculares divididos em cinco áreas do conhecimento, dentre elas as Ciências Humanas, como já foi abordado nesse mesmo capítulo. Dentro de cada área do conhecimento há as competências e os componentes que a englobam, além da competência de cada um dos componentes divididas entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Por fim, cada componente traz suas unidades

⁴ Imagens retiradas da BNCC (2017; p.27, 28)

temáticas com seus conhecimentos e habilidades exigidos para que se possa atingir as dez competências da Educação Básica.



estrutura da BNCC 1



estrutura da BNCC 2

4 A GEOGRAFIA NA BASE

Com o intuito de organizar a análise feita neste trabalho é que separei as habilidades da BNCC, do 1º ao 6º ano de Geografia do ensino fundamental, em três categorias: Letramento cartográfico, Leitura do espaço e tempo e Relações espaciais. A área das Ciências Humanas, como traz a própria BNCC (2017) deve auxiliar os estudantes a contextualizarem as situações em tempo e espaço.

Há, obviamente, uma justificativa para cada uma das categorias escolhidas, sendo elas:

1. Letramento cartográfico: reflete a construção das relações espaciais no contexto das representações. A partir dela pode-se perceber se o aluno, no decorrer dos Anos Iniciais desenvolve as habilidades necessárias para a leitura e interpretação de mapas.
2. Leitura do espaço e tempo: pretende explicitar uma análise que possa relacionar o tempo e o espaço, ou seja, verificar se há uma preocupação, por parte do aluno, de compreender que o espaço é um conjunto de tempos e acontecimentos.
3. Relações espaciais: analisa se as habilidades propostas na Base refletem uma interpretação e entendimento das relações espaciais.

ANO	HABILIDADES
1º	<p>(EF01GE01) Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.</p> <p>(EF01GE02) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares.</p> <p>(EF01GE03) Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques) para o lazer e diferentes manifestações.</p> <p>(EF01GE04) Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.).</p> <p>(EF01GE05) Observar e descrever ritmos naturais (dia e noite, variação de temperatura e umidade etc.) em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando a sua realidade com outras.</p> <p>(EF01GE06) Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.</p> <p>(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade.</p> <p>(EF01GE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.</p> <p>(EF01GE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo</p>

	<p>como referência.</p> <p>(EF01GE10) Descrever características de seus lugares de vivência relacionadas aos ritmos da natureza (chuva, vento, calor etc.).</p> <p>(EF01GE11) Associar mudanças de vestuário e hábitos alimentares em sua comunidade ao longo do ano, decorrentes da variação de temperatura e umidade no ambiente.</p>		
	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF01GE08 EF01GE09	EF01GE01 EF01GE02	EF01GE01 EF01GE03 EF01GE05 EF01GE06 EF01GE07 EF01GE10 EF01GE11
2º	<p>(EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive.</p> <p>(EF02GE02) Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.</p> <p>(EF02GE03) Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável.</p> <p>(EF02GE04) Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.</p> <p>(EF02GE05) Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos.</p> <p>(EF02GE06) Relacionar o dia e a noite a diferentes tipos de atividades sociais (horário escolar, comercial, sono etc.).</p> <p>(EF02GE07) Descrever as atividades extrativas (minerais, agropecuárias e industriais) de diferentes lugares, identificando os impactos ambientais.</p> <p>(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.</p> <p>(EF02GE09) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).</p> <p>(EF02GE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.</p> <p>(EF02GE11) Reconhecer a importância do solo e da água para a vida, identificando seus diferentes usos (plantação e extração de materiais, entre outras possibilidades) e os impactos desses usos no cotidiano da cidade e do campo.</p>		

	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF02GE08 EF02GE09 EF02GE10	EF02GE01 EF02GE05	EF02GE02 EF02GE03 EF02GE04 EF02GE06 EF02GE07 EF02GE11
3º	<p>(EF03GE01) Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo.</p> <p>(EF03GE02) Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens.</p> <p>(EF03GE03) Reconhecer os diferentes modos de vida de povos e comunidades tradicionais em distintos lugares.</p> <p>(EF03GE04) Explicar como os processos naturais e históricos atuam na produção e na mudança das paisagens naturais e antrópicas nos seus lugares de vivência, comparando-os a outros lugares.</p> <p>(EF03GE05) Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares.</p> <p>(EF03GE06) Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.</p> <p>(EF03GE07) Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas.</p> <p>(EF03GE08) Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reúso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno.</p> <p>(EF03GE09) Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos da água em atividades cotidianas (alimentação, higiene, cultivo de plantas etc.), e discutir os problemas ambientais provocados por esses usos.</p> <p>(EF03GE10) Identificar os cuidados necessários para utilização da água na agricultura e na geração de energia de modo a garantir a manutenção do provimento de água potável.</p> <p>(EF03GE11) Comparar impactos das atividades econômicas urbanas e rurais sobre o ambiente físico natural, assim como os riscos provenientes do uso de ferramentas e máquinas.</p>		
	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF03GE06 EF03GE07	EF03GE02 EF03GE04	EF03GE01 EF03GE03 EF03GE05 EF03GE08 EF03GE09

			EF03GE10 EF03GE11
4º	<p>(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.</p> <p>(EF04GE02) Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.</p> <p>(EF04GE03) Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.</p> <p>(EF04GE04) Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.</p> <p>(EF04GE05) Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.</p> <p>(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.</p> <p>(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.</p> <p>(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos.</p> <p>(EF04GE09) Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.</p> <p>(EF04GE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.</p> <p>(EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.</p>		
	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF04GE09 EF04GE10	EF04GE01 EF04GE02	EF04GE03 EF04GE04 EF04GE05 EF04GE06 EF04GE07 EF04GE08 EF04GE11
	<p>(EF05GE01) Descrever e analisar dinâmicas populacionais na Unidade da Federação em que vive, estabelecendo relações entre migrações e condições de infraestrutura.</p> <p>(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.</p>		

5º	<p>(EF05GE03) Identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento.</p> <p>(EF05GE04) Reconhecer as características da cidade e analisar as interações entre a cidade e o campo e entre cidades na rede urbana.</p> <p>(EF05GE05) Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços.</p> <p>(EF05GE06) Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação.</p> <p>(EF05GE07) Identificar os diferentes tipos de energia utilizados na produção industrial, agrícola e extrativa e no cotidiano das populações.</p> <p>(EF05GE08) Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.</p> <p>(EF05GE09) Estabelecer conexões e hierarquias entre diferentes cidades, utilizando mapas temáticos e representações gráficas.</p> <p>(EF05GE10) Reconhecer e comparar atributos da qualidade ambiental e algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, efluentes industriais, marés negras etc.).</p> <p>(EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas.</p> <p>(EF05GE12) Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive.</p>		
	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF05GE08 EF05GE09	EF05GE05 EF05GE06 EF05GE08	EF05GE01 EF05GE02 EF05GE03 EF05GE04 EF05GE07 EF05GE10 EF05GE11 EF05GE12
<p>(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.</p> <p>(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.</p> <p>(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.</p> <p>(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento</p>			

6º	<p>superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.</p> <p>(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.</p> <p>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.</p> <p>(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.</p> <p>(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.</p> <p>(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.</p> <p>(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.</p> <p>(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.</p> <p>(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.</p> <p>(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).</p>		
	LETRAMENTO CARTOGRÁFICO	LEITURA DO ESPAÇO E TEMPO	RELAÇÕES ESPACIAIS
	EF06GE08 EF06GE09	EF06GE01 EF06GE02 EF06GE06 EF06GE07 EF06GE10	EF06GE03 EF06GE04 EF06GE04 EF06GE10 EF06GE11 EF06GE12 EF06GE13

As competências específicas da Base (2017) para área de Geografia no Ensino Fundamental, são:

- 1 Compreender a si e o outro respeitando à pluralidade.
- 2 Analisar a sociedade e as tecnologias, posicionando-se com base no tempo e espaço e suas diferenças para resolver problemas.

3 Questionar-se e debater e propor soluções às intervenções humanas na natureza e sociedade.

4 Questionar a si e aos outros de forma a valorizar a diversidade cultural.

5 Discutir e comparar eventos simultâneos em espaços diferentes.

6 Defender e compreender ideias e opiniões que promovam os Direitos Humanos e a sociedade e meio ambiente, de forma a diminuir as desigualdades.

7 Compreender e utilizar da cartografia e outros gêneros textuais e tecnologias para auxiliar na leitura de espaço e tempo e nas relações espaciais.

4.1 Questões pontuais

Ao analisar a tabela e as competências, podemos perceber que as categorias, apesar de separadas, devem ser ensinadas com interações de conteúdos, devendo assim, oferecer respaldo de um ano ao outro do ensino, facilitando a compreensão e maturação da disciplina e de suas competências pelo aluno. Abaixo encontra-se uma listagem sobre as críticas tecidas durante tal análise:

- A primeira coisa que chamou atenção foi a falta de sequência para o desenvolvimento das habilidades a partir do 6º ano, como se o aluno, ao entrar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, como se o modelo de ensino mudasse de construtivista⁵ para inatista⁶.
- No 1º ano encontrasse a habilidade **EF01GE04** que não compreende a área de Geografia, pois trata de conceitos éticos comportamentais.
- No 2º ano não há uma única dimensão trabalhada - também não há uma limitação de tal dimensão -, pois dentro da **EF02GE07** a dimensão pode ser compreendida como mundial, já na **EF02GE11** podemos compreender como nacional e outras habilidades são mais regionais.

⁵ O modelo construtivista, pensado por Piaget e Vigotski, considera que as vivências do sujeitos são fatores que ajudam (ou atrapalham) seu aprendizado. Induz a troca de saberes entre discente e docente.

⁶ O inatismo é o modelo de ensino, utilizado por Platão, que considera que o aluno já nasce com o saber, porém o professor deve estimular a liberdade do aluno para que esse conhecimento possa despertar e desenvolver.

- Ao entrar no 4º ano voltasse a falar sobre o Brasil, porém não há, nem houve nos anos anteriores, o desenvolvimento do caráter regional e da formação da população, e após no 5º voltamos a trabalhar estado.
- Trabalhar o desenvolvimento da habilidade **EF04GE01** e **EF04GE02**, em uma turma mista, pode gerar preconceitos, pois os processos migratórios no Brasil contam com histórias de discriminação, escravidão e gentrificação.
- No 4º ano, também, a habilidade **EF04GE03** não contempla o incentivo a participação da sociedade nas ações e decisões dos poderes públicos.
- No 5º ano a habilidade **EF05GE03** pode gerar preconceitos, justamente por não contemplar as semelhanças entre esses grupos. Além disso, a habilidade **EF05GE09**, se mal compreendida por parte do educador (talvez por uma falta de formação sobre a BNCC) - pois a palavra hierarquia remete a superioridade - pode disseminar xenofobia.
- As habilidades, a partir do 2º ano, misturam-se entre mundiais, nacionais e regionais, o que pode ser prejudicial para uma leitura de relação espacial por parte do aluno.
- Não há uma preocupação com o aumento de complexidade do letramento cartográfico no decorrer dos anos escolares, onde não há como desenvolver a importância do desenvolvimento da lateralidade para a compreensão da orientação.

5 QUAL A FORMA(ÇÃO) ATUAL DO PEDAGOGO?

No apêndice deste trabalho, estão três questionários respondidos por pedagogos e um estudante da área. Tal pesquisa foi feita para que haja uma relação sobre a teoria desse trabalho e a prática na formação e docência pedagógica. Como fator homogêneo na pesquisa está a área de formação. Já a heterogeneidade transcorre pelas diferenças de atividades atuais dos entrevistados; onde um está em formação, outro formado porém sem atuar na área - por falta de oportunidade - e um formado e atuando na área.

5.1 “Tá” na Base?

Durante a leitura dos questionários pude perceber que nenhum órgão promoveu de forma efetiva uma discussão anterior e uma formação posterior à vigência da BNCC. O que acaba não condizendo com o que está escrito no próprio documento mencionado, pois segundo o texto,

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BNCC, 2017, p.21)

Quando perguntei sobre alguma formação continuada que lhes tenha sido oferecida e se o aprendizado dentro da faculdade sobre Geografia dá suporte para lecionarem, as respostas foram desanimadoras, porém mostram a realidade da formação de Pedagogos.

A faculdade promoveu muito pouco preparo no que diz respeito à Base, e o pouco que se trabalhou sobre ela, foi somente para algumas áreas de conhecimento, (alfabetização), e não promoveu nenhuma atividade continuada sobre este tema.

O que aprendi sobre Geografia, foi somente o básico do básico, o que acredito que não tenha sido o suficiente para a atuação em sala de aula, necessitando que realize pesquisas e estudos futuros para pensar possibilidades e estratégias, para incluir atividades com esta temática nos planejamentos didáticos.

[...] o campo da geografia deveria ser bem mais explorados na faculdade pois a disciplina oferecida tem uma carga horária muito pequena para a importância que a mesma tem.

Sobre o que uma das questionadas teria aprendido na universidade:

Nada. Eu, que na medida que os temas se cruzam, estudo de maneira autodidata para desafiar os alunos de maneira contextualizada e trabalhar conteúdos que entram no meu planejamento.

E sobre ter recebido formação do governo ou das gestões escolares:

Não. A escola de ensino formal nos solicita que possamos estudá-los em nossas casas e buscar como fonte para o nosso trabalho. Na EJA nas totalidades iniciais, fazemos formações para planejar mapas conceituais a serem desenvolvidos e que sejam fundamentais as necessidades dos alunos e essas bases entram de maneira transversal.

Estes relatos são muito preocupantes, pois se a formação já é deficitária dentro da área do ensino de Geografia e ainda falta discussão sobre as novas

implementações curriculares, como um professor vai conseguir cumprir os objetivos educacionais sem saber o que deve ensinar e sequer como ensinar!?

Outra pergunta feita foi sobre a importância da Base para a educação e percebi que algumas entrevistadas não tinham noção do que consta nesse documento,

Ela garante o direito à aprendizagem, a base é de fundamental importância para a educação, trazendo benefícios para a comunidade, respeitando as diferenças e a diversidade, garantindo a educação desde a educação básica da creche até o ensino médio. Ela define também qual é o papel dos professores e das escolas, no sistema da educação, integrando-os com os educandos e seus familiares

Entretanto, a BNCC, diferente da LDB, não garante o direito à aprendizagem, sequer traz aspectos relacionados a como trabalhar as diferenças/diversidade dentro da sala de aula, de uma forma que evite a exclusão ou superioridade de uma classe, raça ou sexualidade sobre a outra. Cabe ainda ressaltar que o Ensino Religioso, é sim, uma área do conhecimento do documento. É de se mencionar que dessa forma o documento sobrepõe o Ensino Religioso aos Direitos Humanos e a decadência escolar⁷, aliado ao despreparo e falta de formação dos professores para tal área, podem causar situações de intolerância religiosa dentro do ambiente escolar. Outra coisa que cabe ressaltar de tal comentário é que a Base não tem o intuito de integrar, nem definir o papel dos professores e escolas com educandos e familiares; diferente das DCN, que tem uma discussão mais densa e crítica sobre essas relações.

5.2 O que eles entendem?

⁷ Segundo IBGE 2017, cerca de 11,5 milhões de pessoas no Brasil - com 15 anos ou mais - são analfabetas. Isso devido à diversos fatores dentro da gestão e ensino escolar, sendo alguns deles a falta de formação dos professores, a baixa remuneração e a falta de investimentos na educação pública nacional. Informação retirada do site: https://www.suapesquisa.com/educacaobrasil/problemas_educacao.htm, acesso em junho de 2018

No questionário fez-se outras perguntas relativas a conhecimentos geográficos. Os questionados, escreveram coisas como:

5.2.1 Sobre a importância de trabalhar mapas mentais com as crianças:

[...] desenvolve o raciocínio, aprendizagem com rapidez, estimula a memória para aprender com mais facilidade e eficiência.

Sim, facilita o aprendizado em redes, e cria novos circuitos neuronais fundamentais para a plasticidade cerebral. O que possibilita o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

O intuito de trabalhar/abordar os mapas mentais é o de aproximar o aluno da cartografia e da orientação espacial. Percebeu-se que as respostas estão ligadas a memorização de mapas e não a representação dos mesmos, o que evidencia a falta de formação adequada nesta área.

5.2.2 Sobre a relação dos movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola

Reconhecer suas identidades culturais, respeitar e valorizar a diversidade, abrir-se ao novo.

Relaciono com o contexto que eles vivem, com a facilidade ou a dificuldade que possa ter na vida funcional dos alunos.

Os movimentos migratórios são abordados na BNCC, em grande parte, de uma forma que pode induzir à uma compreensão errônea, possibilitando a inclusão do preconceito na sala de aula. Tem sim, como pano de fundo, reconhecer as identidades culturais dos alunos e da comunidade, relacionando com o contexto de

vivência, mas sem analisar o respeito ao próximo e os empecilhos na vida dos alunos. Para um documento de tal magnitude, tal falha ou equívoco não poderia ser admitido, uma vez que suas consequências podem atingir prejudicialmente toda uma geração de cidadãos.

5.2.3 Sobre ensino de Geografia com imagens bi e tridimensionais:

[...] possibilita uma melhor explicação e percepção, podendo ser observado de diferentes ângulos.

Porque amplia a perspectiva em todos os sentidos.

O trabalho com as imagens bi e tridimensionais é uma habilidade utilizada no letramento cartográfico, para que possam analisar e ler diferentes tipos de mapas, seus símbolos e formas.

5.2.4 Sobre trabalhar as diferenças indígenas regionais:

Com aulas que possibilitassem combater a desigualdade social e regional, o racismo estrutural, a marginalização que existe na história dos grupos indígenas e afrodescendentes e combater o analfabetismo.

Trabalharia as diferenças indígenas, iniciando pelo estudo e caracterização dos grupos que habitavam na localidade da escola, seguido do estudo de grupos de outras localidades próximas, explanando que embora ambas sejam caracterizadas indígenas, não são iguais, ou seja, cada grupo tem suas características específicas e singulares.

Através da história, saídas de campo, trazendo a própria cultura deles para sala de aula e especialmente relacionando com hábitos que de alguma maneira herdamos, como alimentação, artesanato, crenças e estudo da cultura indígena.

Diferente do exposto/compreendido pelas entrevistadas, a Base não traz o combate às desigualdades raciais enraizadas, nem sobre as diferenças indígenas, além de falar de uma forma muito rasa sobre as culturas indígenas, afro brasileiras, entre outras.

5.2.5 Sobre a relação entre orientação e lateralidade:

Lateralidade está intimamente ligada à noção de espaço, que é adquirida na infância e demanda do conhecimento da parte externa do corpo exemplo lado direito ou esquerdo. A orientação está ligada ao espaço interno do sujeito, ela está sobre o domínio do hemisfério cerebral, uma depende da outra estão intimamente ligadas.

A orientação e a lateralidade são formas de compreender o espaço e o corpo. São inseparáveis, a lateralidade auxilia no aprendizado da orientação que auxiliará no aprendizado da leitura de mapas. Percebe-se que há um desconhecimento aos processos de aquisição da consciência para a orientação espacial do aluno.

5.2.6 Conclusão

A maioria das respostas acima confirmam o que já foi apontado anteriormente; a falta de formação necessária para que o pedagogo possa lecionar e ter conhecimento sobre o que está ensinando. Ressalto também, as respostas sobre o trabalho das culturas regionais indígenas na sala de aula, onde como já

mencionado, a BNCC traz, em algumas habilidades, fatores/orientações que possibilitam a incitação ao preconceito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos teóricos e análises desenvolvidas neste trabalho, é possível observar que, o ensino da Geografia, sendo tratada e compreendida como uma ciência abrangente e não fragmentada, deu-se tardiamente no Brasil. Os estudos acadêmicos nessa área começaram a ter um maior andamento pós período ditatorial, além da remodelagem dos livros didáticos para tal ensino. Ainda assim, é uma linha de estudo em constante transformação, conforme mudanças que a humanidade sofre ou, principalmente, que o meio sofre a partir da ação humana.

Somente a partir do início do século XX, surge uma lei de regularização do ensino no Brasil, sendo, nos anos seguintes nutrida com a criação de Parâmetros e Diretrizes Curriculares e recentemente com a aprovação da BNCC. Documento reformulado muitas vezes, chegando a se descaracterizar em algumas áreas e conteúdos. Após a mudança de governo, com uma troca presidencial inesperada e mudanças de responsáveis pelas Pastas Ministeriais, inclusive no Ministério da Educação - tal Pasta passa, no momento, por duras deformações da proposta inicial de ações governamentais sobre a Educação - distanciando-se do pensamento e compreensão das realidades escolares, bem como, das metodologias docentes atualmente utilizadas. Ainda assim, em dezembro de 2017, mais um documento que rege os objetivos da aprendizagem, entrou em vigor, a Base Nacional Comum Curricular.

A BNCC, através do MEC, não visa tirar a importância dos PCN e DCN; todavia diminui a relevância dos mesmos, quando visa retirar o caráter obrigatório das DCN e coloca-las como orientadoras, ou seja, coadjuvantes para a construção da educação

A BNCC foi elaborada à luz do que diz os PCNs e as DCN. No entanto, a Base é mais específica, determinando com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano escolar. Ela será obrigatória em todos os currículos de todas as redes do país, públicas e particulares, ao contrário dos documentos anteriores, que devem continuar existindo, mas apenas como documentos orientadores não obrigatórios. (GUIMARÃES; SEMIS, 2017)

Recentemente, 100 milhões de reais foram revertidos para a formação dos gestores e professores de escolas, destinados para levar a Base até a comunidade escolar; mas ainda não há notícias sobre formações relacionadas à mesma, tornando a Base um documento ainda desconhecido por muitos.

As análises das respostas do questionário e das habilidades da área de Geografia do 1º ao 6º anos da BNCC, mostram que a Base ainda não está adaptada para ingressar dentro das salas de aula e que também não há um fomento para que tão logo ela seja efetivada nas escolas, seja por falta de formação e/ou por falta de subsídios para a melhora da educação. Com isso, podemos refletir que a Base não deve ser mais um documento nacional de educação que não é de fato colocado em prática e para isso deverá dialogar com as realidades escolares nacionalmente.

É evidente que este documento tem em seu conteúdo, referências que são interessantes para a Educação e não devem ser, de forma alguma, desconsideradas. Sendo que as concepções, ao menos da área de Geografia, são bem elaboradas e compreendem o que queremos ensinar aos alunos. Entretanto a discussão proposta no trabalho é referente a elementos cotidianos que o professor terá de lidar dentro de sua sala de aula, objetos de aprendizagem que o professor, formado em Pedagogia, desconhece como dialogar com esses objetos. Discute-se aqui, também, a forma como o documento foi homologado sem circular uma discussão mais aprofundada do mesmo, dentro das escolas. E para além, as informações que circulam nos meios de comunicação sobre tal documento, trazendo-o como o redentor da educação contemporânea.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL, Assessoria de Comunicação Social do MEC. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/37991-comite-gestor-balizara-discussoes-da-base-curricular-e-sobre-reforma-do-ensino-medio>>. Acesso em maio de 2018

BRASIL. BNCC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em abril de 2018.

BRASIL. DCN. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em abril de 2018.

BRASIL. LDB. Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em abril de 2018.

BRASIL. PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em abril de 2018

BRASIL. PNE. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005. Brasília, 2014 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em abril de 2018.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan . Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

DOMINGUES, Joelza Ester. 2015. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/a-escola-ensina-ou-educa/>>. Acesso em abril de 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.135-150.

Guimarães, Camila; Lemis, Laís. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular. In: Revista Nova Escola online <<https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>>. Acesso em maio de 2018.

LEVY, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural? Tradução de Jaime Oliva. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 61, ago., 2015, p. 19-38.

MENEZES, V. S. Geografia escolar: as concepções teóricas e a epistemologia da prática do professor de Geografia. Dissertação de Mestrado em Geografia, 2016.

MINAYO, M. C. S. ; CRUZ NETO, O. ; DESLANDES, S. F. ; GOMES, R. . Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 21^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-142.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. 2017. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/acontece/bncc-homologada/>>. Acesso em maio de 2018.

PENA, Rodolfo Alves. Disponível em:<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/>>. Acesso em março de 2018.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender geografia. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Beatriz. B. M. ; NASCIMENTO, T. R. . O ensino de estudos sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). História & Perspectivas (Online), v. 28, 2015, p.145-178.

VERONEZE, Daniela Jéssica; NOGARO, Arnaldo; DA SILVA, Fernanda Levandoski; ZANOELLO, Simone Fátima. Consensos e dissensos entre os parâmetros curriculares nacionais e a base nacional comum curricular. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 2016, São Paulo. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades. São Paulo/SP: Universidade Cruzeiro do Sul, 2016. v. 1. p. 1-12.

WACHOWICZ, L. A. . A dialética na pesquisa em educação. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), Curitiba, v. 02, p. 175-185, 2001.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Modelo termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PESQUISA:

1. NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade analisar a Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do 1º ao 6º ano.
2. PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno de 3 pessoas em Porto Alegre.
3. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você preencherá um questionário via e-mail. É previsto em torno de vinte minutos para o preenchimento do questionário. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com a responsável via e-mail francielle.rodriques94@hotmail.com
4. SOBRE O QUESTIONÁRIO: Serão solicitadas algumas informações básicas e perguntas de respostas simples e estruturadas sobre docência e formação.
5. RISCOS E DESCONFORTO: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.
6. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta pesquisa servirão somente para auxiliar a análise sobre a formação e docência com foco na BNCC dentro do TCC. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado.

7. BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício da educação.

8. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

nome do sujeito pesquisado

nome da pesquisadora

___/___/2018

Porto Alegre,

assinatura

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Apêndice 2 - Questionário

Estou fazendo uma entrevista para meu Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho consiste na análise da Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do 1º ao 6º ano. Para tanto, gostaria que respondesse tais perguntas, sendo o mais sincero(a) possível. Cabe ressaltar que seu nome e qualquer outra informação (exceto idade, formação e função) serão não serão publicizados. Após a entrevista você assinará um termo, onde ambos se comprometem com a veracidade de tudo que está exposto aqui.

Idade:

Formação:

Trabalha como professor(a)? Se sim, com qual(is) ano(s) ou totalidade(s)?

Você já teve acesso ao documento da BNCC?

Qual a importância da BNCC para a educação?

SE VOCÊ ATUA COMO PROFESSOR(A):

Como você aplica a Base no cotidiano da sala de aula?

A escola e/ou o governo promoveram alguma formação continuada sobre a BNCC?

O que você aprendeu na universidade te deu suporte para trabalhar com a Geografia na sala de aula?

Você considera importante trabalhar mapas mentais com as crianças? Porquê?

Como você relaciona os movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola?

Porque é importante utilizar imagens bidimensionais e tridimensionais no ensino da Geografia?

Como você trabalha as diferenças indígenas (tribos, culturas) no RS?
Que relação tu considera que exista entre orientação e lateralidade?

SE VOCÊ (AINDA) NÃO ATUA COMO PROFESSOR(A):

Como você aplicaria a Base no cotidiano da sala de aula?

A faculdade e/ou o governo promoveram alguma formação continuada sobre a BNCC?

O que você aprendeu na universidade te dará suporte para trabalhar com a Geografia na sala de aula?

Você considera importante trabalhar mapas mentais com as crianças? Porquê?

Como você relacionaria os movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola?

Porque é importante utilizar imagens bidimensionais e tridimensionais no ensino da Geografia?

Como você trabalharia as diferenças indígenas (tribos, culturas) no RS?

Que relação tu considera que exista entre orientação e lateralidade?

Apêndice 3 - Respostas ao questionário

Resposta de Lula da Silva

Idade:

26 anos.

Formação:

Pedagogo.

Trabalha como professor(a)? Se sim, com qual(is) ano(s) ou totalidade(s)?

Não trabalho no momento.

Você já teve acesso ao documento da BNCC?

Já tive acesso a BNCC. Acesso sucinto, mas tive.

Qual a importância da BNCC para a educação?

A importância da BNCC para a Educação, está no asseguramento de que os conteúdos e conhecimentos específicos que cada disciplina, componente do currículo da Educação Básica, devem conter e serem de fato executados.

Como você aplicaria a Base no cotidiano da sala de aula?

Aplicaria a Base através da formulação e execução de planejamentos didáticos, contemplando as definições propostas pela Base para a turma/ano/nível no qual atuaria enquanto docente.

A faculdade e/ou o governo promoveram alguma formação continuada sobre a BNCC?

A faculdade promoveu muito pouco preparo no que diz respeito à Base, e o pouco que se trabalhou sobre ela, foi somente para algumas áreas de conhecimento, (alfabetização), e não promoveu nenhuma atividade continuada sobre este tema.

O que você aprendeu na universidade te dará suporte para trabalhar com a Geografia na sala de aula?

O que aprendi sobre Geografia, foi somente o básico do básico, o que acredito que não tenha sido o suficiente para a atuação em sala de aula, necessitando que realize pesquisas e estudos futuros para pensar possibilidades e estratégias, para incluir atividades com esta temática nos planejamentos didáticos.

Você considera importante trabalhar mapas mentais com as crianças? Porquê?

Considero importante trabalhar mapas mentais com crianças, pois isso estimula a construção de noção e orientação espacial nos educandos, o que propiciará que estes adquiram uma autonomia referente a este aspecto, não apenas na escola, mas para a vida em sociedade.

Como você relacionaria os movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola?

Relaciono movimentos migratórios com o lugar do aluno, de modo que possa se elaborar planejamentos que contemplem a constituição dos locais de moradia de cada educando, o que propiciará que estes compreendam como se deu a formação de seus bairros, comunidades, cidade, estado, país, etc, a fim de promover uma análise e reflexão crítica sobre o tema.

Porque é importante utilizar imagens bidimensionais e tridimensionais no ensino da Geografia?

É importante o uso de imagens bi e tri-dimensionais no ensino de Geografia, pois isto dá subsídios práticos (exemplos físicos), de como aquilo que está

apresentado no papel representa de fato, o que pode facilitar na leitura e compreensão de mapas cartográficos, contemplando não somente a latitude, mas também a longitude daquele mapa, ou em outras palavras, a altura/profundidade e sua largura e comprimento.

Como você trabalharia as diferenças indígenas (tribos, culturas) no RS?

Trabalharia as diferenças indígenas, iniciando pelo estudo e caracterização dos grupos que habitavam na localidade da escola, seguido do estudo de grupos de outras localidades próximas, explanando que embora ambas sejam caracterizadas indígenas, não são iguais, ou seja, cada grupo tem suas características específicas e singulares.

Que relação tu considera que exista entre orientação e lateralidade?

Considero que entre lateralidade e orientação, exista a relação de localização espacial, a de saber/conseguir se situar no espaço através de informações já adquiridas e informações encontradas no ambiente, como pontos de referências para delimitar de que lado se encontra o sul e o norte geográfico e consecutivamente, o leste e oeste, para assim saber em que direção seguir e/ou voltar, em um eventual extravio.

Resposta de Luciana Genro

Idade:

49 anos

Formação:

Graduanda em Pedagogia.

Trabalha como professor(a)? Se sim, com qual(is) ano(s) ou totalidade(s)?

Não.

Você já teve acesso ao documento da BNCC?

Sim.

Qual a importância da BNCC para a educação?

Ela garante o direito à aprendizagem, a base é de fundamental importância para a educação, trazendo benefícios para a comunidade, respeitando as diferenças

e a diversidade, garantindo a educação desde a educação básica da creche até o ensino médio. Ela define também qual é o papel dos professores e das escolas, no sistema da educação, integrando-os com os educandos e seus familiares

Como você aplicaria a Base no cotidiano da sala de aula?

Assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aprendizagem proporcionando aquisição de novas aprendizagens, valorizando a diversidade de conhecimento e autonomia. Ensinar conteúdos que abrangem a educação étnico-racial, história e cultura indígena e afro-brasileira. Assegurar o direito aos sujeitos a conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A faculdade e/ou o governo promoveram alguma formação continuada sobre a BNCC?

Sim, pouco divulgado.

O que você aprendeu na universidade te dará suporte para trabalhar com a Geografia na sala de aula?

Acredito que sim, mas o campo da geografia deveria ser bem mais explorados na faculdade pois a disciplina oferecida tem uma carga horária muito pequena para a importância que a mesma tem.

Você considera importante trabalhar mapas mentais com as crianças? Porquê?

Sim, porque desenvolve o raciocínio, aprendizagem com rapidez, estimula a memória para aprender com mais facilidade e eficiência.

Como você relacionaria os movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola?

Reconhecer suas identidades culturais, respeitar e valorizar a diversidade, abrir-se ao novo.

Porque é importante utilizar imagens bidimensionais e tridimensionais no ensino da Geografia?

Porque possibilita uma melhor explicação e percepção, podendo ser observado de diferentes ângulos.

Como você trabalharia as diferenças indígenas (tribos, culturas) no RS?

Com aulas que possibilitassem combater a desigualdade social e regional, o racismo estrutural, a marginalização que existe na história dos grupos indígenas e afrodescendentes e combater o analfabetismo.

Que relação tu considera que exista entre orientação e lateralidade?

Lateralidade está intimamente ligada à noção de espaço, que é adquirida na infância e demanda do conhecimento da parte externa do corpo exemplo lado direito ou esquerdo. A orientação está ligada ao espaço interno do sujeito, ela está sobre o domínio do hemisfério cerebral, uma depende da outra estão intimamente ligadas.

Resposta de Dilma Rousseff

Idade:

39 anos

Formação:

Magistério, Pedagogia com ênfase em Orientação Educacional, Especialização em Educação Infantil, MBA em Gestão de Pessoas e Especialização Incompleta em Dinâmicas de Grupo.

Trabalha como professor(a)?

Sim.

Se sim, com qual(is) ano(s) ou totalidade(s)?

Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos, Modalidade da EJA com as Totalidades Iniciais, T1, T2, T3.

Você já teve acesso ao documento da BNCC?

Sim.

Qual a importância da BNCC para a educação?

No sentido de dar um norte para educação e balizar os conteúdos mínimos, habilidades e competências a serem desenvolvidos no território brasileiro.

Como você aplica a Base no cotidiano da sala de aula?

Aplico desenvolvendo estratégias práticas sempre levando os alunos ao debate e reflexão sobre os processos vividos e construídos. Me refiro ao ensino dos anos iniciais. Já na EJA procuro abordar os conteúdos sempre com o foco na

emancipação do sujeito, fazendo elo com a vida real dos alunos e para que eles possam se apropriar para fazerem uso em sua vida cotidiana.

A escola e/ou o governo promoveram alguma formação continuada sobre a BNCC?

Não. A escola de ensino formal nos solicita que possamos estudá-los em nossas casas e buscar como fonte para o nosso trabalho. Na EJA nas totalidades iniciais, fazemos formações para planejar mapas conceituais a serem desenvolvidos e que sejam fundamentais as necessidades dos alunos e essas bases entram de maneira transversal.

O que você aprendeu na universidade te deu suporte para trabalhar com a Geografia na sala de aula?

Nada. Eu, que na medida que os temas se cruzam, estudo de maneira autodidata para desafiar os alunos de maneira contextualizada e trabalhar conteúdos que entram no meu planejamento.

Você considera importante trabalhar mapas mentais com as crianças? Porquê?

Sim, facilita o aprendizado em redes, e cria novos circuitos neuronais fundamentais para a plasticidade cerebral. O que possibilita o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Como você relaciona os movimentos migratórios com o lugar do aluno e da escola?

Relaciono com o contexto que eles vivem, com a facilidade ou a dificuldade que possa ter na vida funcional dos alunos.

Porque é importante utilizar imagens bidimensionais e tridimensionais no ensino da Geografia?

Porque amplia a perspectiva em todos os sentidos.

Como você trabalha as diferenças indígenas (tribos, culturas) no RS?

Através da história, saídas de campo, trazendo a própria cultura deles para sala de aula e especialmente relacionando com hábitos que de alguma maneira herdamos, como alimentação, artesanato, crenças e estudo da cultura indígena.

Que relação tu considera que exista entre orientação e lateralidade?

Penso que inicialmente essa relação começa pelo nosso próprio corpo, e tem como ponto como vamos nos desenvolvendo em relação com o mundo que nos cerca, nossas abstrações em relação aos objetos... Direita e esquerda...